

Teologia como confissão.

Até quando?

Oswaldo Luiz Ribeiro

(08/06/2007)

– revisado em 05/03/2009 –

Mais uma defesa da teologia como confissão: O Estatuto Epistemológico da Teologia como Ciência da Fé e a sua Responsabilidade Pública no Âmbito das Ciências e da Sociedade Pluralista, de Luiz Carlos Susin¹, onde se afirma que

a “teologia pública” (...) não é um voo por cima das pertenças e das confissões, pois deixaria de ser teologia. Nem é uma perda de identidade confessional – só se pode elaborar teologia da própria confissão, não de confissão alheia, o que explica os diferentes níveis de pluralismo teológico – mas é abertura responsável e dialogal exatamente num mundo globalizado e não-homogêneo (p. 561).

Posiciono-me, em face das afirmações citadas, da seguinte maneira.

Primeiro, segundo o citado, *teologia só é teologia quando é e se for confissão*. Logo, em termos epistemológicos, *teologia é apologia da fé*, racionalização de proposições noológicas, assumidas como verdadeiras. Conseqüentemente, só poderia ser teólogo, aquele que, primeiro, se tornasse heterônomo, entregando-se, por inteiro, a determinada doutrina, e servindo a ela. Tal postura era compreensível até há duzentos anos atrás, quando a única matriz epistemológica disponível era a platônica que, mesmo atropelada pela matriz aristotélica, introduzida pelas invasões árabes, na Europa, por volta dos séculos X-XII, manteve-se hegemônica e absoluta no cristianismo, todo ele, seja o católico, seja o protestante-evangélico.

A afirmação de que a teologia deve ser necessariamente confessional consiste, portanto, numa afirmação a partir da matriz epistemológica platônica. Tal matriz é, sempre, seja em ambiente religioso – cristianismo, por exemplo –, seja em ambiente filosófico e político, heterônoma, dedutiva, possuindo um caráter político muitas vezes dissimulado. Para uma matriz epistemológica desse tipo, compreende-se, teologia é apologia da fé, e mais nada. Não é por outra razão que cada cristianismo tem sua própria *fé*, cada qual concorrente das demais, e cada qual se arvorando em verdade verdadeira, tendo, todas, a crer em todas, o mesmo fundamento. O que é uma contradição, porque, das duas uma, ou Deus é calvinista, ou não é.

Susin, inadvertidamente (?), pronuncia-se sob a perspectiva platônica, sem o confessar. Quando o faz, leva ao risco de o leitor desavisado tomar sua afirmação como absoluta. E, de fato, não o é. Caso a teologia seja assumida por outra matriz epistemológica agora disponível, por exemplo, a “romântica”, imediatamente deixa de ser confissão, porque a matriz epistemológica romântica tem uma idéia bastante diferente da matriz platônica a respeito de “confissão”. A confissão “platônica” é ontológica (em sentido mitológico), verdade verdadeira, absoluta, metafísica, é heterônoma, metafísica. A confissão romântica é noológica, plausível, dialogal, histórico-cultural, provisória, humana. Para tal matriz, teologia é investigação humana a respeito do discurso humano sobre o sagrado, e, portanto, é uma disciplina heurística, não política.

¹ revistaseletronicas.pucrs.br/teo/ojs/include/getdoc.php?id=338&article=92&mode=pdf.

Susin deveria ter deixado claro que todo o seu artigo, portanto, deve ser lido como proveniente de uma matriz epistemológica platônica, bem como ser lido pela mesma, sob o risco de tornar-se ininteligível. Eu, por exemplo, teólogo, não posso, contudo, me servir dele.

Segunda declaração que devo questionar: “só se pode elaborar teologia da própria confissão”. Nesse caso, teologia é sinônimo de apologia. Mais uma vez, Platão dá as cartas, e teologia é tomada como operação dogmático-traditiva. Se isso fosse verdade – e não o é, ao menos *para além da* epistemologia platônica –, não haveria qualquer possibilidade de comunicação entre as diferentes correntes teológicas. Pode-se compreender, perfeitamente, um sistema religioso “estranho”, como de resto, qualquer cultura. Naturalmente que esse compreender é sempre perspectivista, porque a cultura estrangeira, para o estrangeiro, é mundo, ao passo que, para o etnólogo, por exemplo, é objeto. Ainda que o etnólogo venha a se inserir no objeto, brincando com ele de mundo, não nasceu nele, e somente em sentido restrito logrará êxito em assumir-se inculturado. Nesse sentido, é possível, sim, a um cristão, compreender a teologia budista, e vice-versa, sem que, com isso, convertam-se um à religião do outro.

Além disso, fosse correta a afirmação, o proselitismo religioso seria uma impossibilidade lógico-epistemológica. Parece que a afirmação não se refira, tanto, à teologia, quanto à “fé”, no sentido de que, depois de “capturado” pela fé-enquanto-ensino, o crente torne-se prisioneiro desse conjunto de cosmovisão, antropovisão e teovisão, perdendo a capacidade de “ouvir” outras propostas teológicas. Mas nem isso seria correto, porque, fosse assim, um católico, por exemplo, não chegaria, jamais, a converter-se ao protestantismo, nem El Greco poder-se-ia tornar católico, depois de ter nascido cristão ortodoxo. O problema da afirmação de Susin é que ela se articula sob a epistemologia platônica, onde e para quem a teologia é ontologia – e política.

Terceira observação crítica: como assim, diálogo? Depois de tal definição de teologia, e de tal coordenação de comportamentos teológicos, como falar de “relação dialogal”? Se o diálogo pretendido é aquele teológico, o encontro não passaria de berros dirigidos a surdos, porque, se só se pode fazer teologia da própria confissão, como dialogar com outra teologia? Só um novo Pentecostes resolveria o problema – e, mesmo assim, por meio da unificação neoplatônica de todas as confissões em torno de uma única fé revelada.

O curioso de tudo isso, é que se pretenda falar de “teológica pública”. O termo se corrompe desde dentro, porque não pode haver teologia pública, se a teologia é, desde sempre, e inexoravelmente, confessional. O que se deveria ter dito é responsabilidade social pública, assumida pelas confissões. Nesse caso, deixada de lado a declarada incompatibilidade confessional inter-teológica, inter-religiosa, as confissões se irmanariam, unidas por um objetivo específico, de caráter sócio-público. Tem-se chamado isso de ecumenismo de objetivos. Teologia pública é um nome que não lhe cai bem, portanto.

Uma teologia pública pode, sim, construir-se, desde que se rompa o invólucro platônico-confessional. Ela poderia ser discutida e elaborada na praça, depois de entregues todas as armas da fé e do desejo de conquista. Enquanto a pulsão confessional e proselitista dominar a teologia – e domina – soa até constrangedor falar de “teologia pública”. Em termos epistemológicos, primeiro deveríamos discutir com seriedade o estatuto contemporâneo, pós-medieval, pós-colonial, pós-romântico, republicano, da teologia, para, depois – e só depois – irmos para a rua. Para a rua já tem ido a teologia (cristã) há dois mil anos, mas só para tornar a rua uma rua cristã. Se houvesse conversão à teologia epistemologicamente possível à sociedade moderna, própria do Estado Democrático de Direito, não estávamos

tentando legitimar posições provincianas. Estávamos depondo as armas, e recomeçando, desde o início, a jornada cristã, sob outra plataforma epistemológica.

A discussão de Susin manteve-se, apenas, no campo pragmático, sob os interesses da teologia confessional, e controlada por ela. Epistemologicamente, a coisa seria bem outra. Se Susin perceber que, no fundo, seu artigo é pressionado por outra força, política, a saber, o Estado Democrático de Direito, que impõe às confissões respeito mútuo, sob a força da lei civil, perceberia que, no fundo, trata-se de uma tentativa de dar legitimidade e relevância à confessionalidade, como se partisse dela a iniciativa de portar-se com civilidade. Mas, a História já cansou de mostrar, não é iniciativa dela, não, da teologia, mas imposição desde fora. Obrigada, então, pelo Estado, a comportar-se bem, talvez pudesse a teologia confessional investir seu tempo em refletir epistemologicamente, criticamente, sobre si mesma. Passou da hora, e muito, de se reconhecer que a confessionalidade é função teológica – e não a teologia ser uma função confessional. A heteronomia, tornada apologia, nunca levou a bom termo as caminhadas que incentivou.

Se, como quer Susin, a teologia deve comparecer à praça pública, relacionando-se tanto com as “demais” *ciências da religião*, quanto com a sociedade plural, dever-se-ia começar admitindo que o jogo já está em pleno andamento, um jogo cujo crupiê não é a Teologia, mas o Estado. É a República, são os valores republicanos, filosófico-liberais, democráticos, quem impõem aos membros da sociedade – entre eles, a teologia – o convívio pacífico na praça. Conflitos são permitidos, dentro das regras da civilidade moderna. Para que, na praça, as pessoas possam se entender, devem, todas, falar a mesma língua. Não precisam, todas, dizer a mesma coisa, mas devem, incontornavelmente, dominar o vernáculo. E, cá entre nós, a língua neoplatônica da confissão doutrinária não é boa companheira para a *ágora*. Ela nunca está disposta a ouvir. É bom o Estado ficar de olho nela. É bom a República tomar conta de nós.